



## MOVIMENTO SOCIAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA FÁBRICA DE CIMENTO

Valéria Maria Santana Oliveira\*  
Maria Benedita Lima Pardo\*\*

**RESUMO:** *Os objetivos gerais desta pesquisa foram levantar e descrever historicamente os conflitos socioambientais ocorridos entre os moradores do Bairro América e a Companhia de Cimento Portland de Sergipe (CCPS), como também, descrever e analisar os resultados obtidos pelo movimento social que foi gerado a partir desses conflitos, no período de 1967 a 2000. Os procedimentos metodológicos combinaram pesquisa documental em jornais, relatórios técnicos, revistas, atas de reuniões, e pesquisa de campo através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas com moradores do bairro, líderes e participantes do movimento social, como também a um representante do órgão ambiental do Estado. Para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Os resultados indicaram que as constantes denúncias dos moradores nas missas celebradas pelo vigário da paróquia local, e veiculadas pela televisão, funcionaram como um instrumento bastante eficaz de divulgação junto à sociedade aracajuana dos sofrimentos dos moradores do Bairro América em consequência da poluição. Porém a desativação total da fábrica desativação total esteve relacionada a fatores de caráter econômico. Em 2000, a Fábrica de Cimento foi demolida para dar lugar à construção de um condomínio de casas e suas chaminés foram implodidas. Este é um episódio que nos remete à discussão acerca da importância da Educação Ambiental na formação de cidadãos comprometidos com o exercício da cidadania, da justiça social e com a sustentabilidade.*

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Conflitos socioambientais; Fábrica de cimento

### INTRODUÇÃO

Em 1967 foi inaugurada a primeira fábrica de cimento do Grupo Votorantim em Sergipe: a Companhia de Cimento Portland de Sergipe S.A. O recorte temporal deste trabalho tem início em 1967 e término em 2000. A escolha destes marcos cronológicos justifica-se pelo fato de que procuramos abranger desde a inauguração da Fábrica de Cimento até sua demolição, uma vez que buscávamos construir a história de suas influências no ambiente do Bairro América.

Os objetivos gerais desta pesquisa foram levantar e descrever historicamente os conflitos socioambientais ocorridos entre os moradores do Bairro América e a Companhia de Cimento Portland de Sergipe (CCPS), instalada nesse bairro, como também, descrever e analisar os resultados obtidos pelo movimento social que foi gerado a partir desses conflitos, no período de 1967 a 2000.

Optou-se pela pesquisa qualitativa, tomando por base duas fontes de dados: documental e de campo, esta última através de depoimentos de pessoas que testemunharam fatos relacionados ao funcionamento e desativação da Fábrica de Cimento. As entrevistas foram coletadas utilizando-se o método da história oral temática, por tratarem de um assunto específico – a Fábrica de Cimento. Desta forma, os depoimentos resultaram em informações que puderam ser

---

\* Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS), graduada em História Licenciatura. Professora substituta do departamento de história da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [valeriamsoliveira@hotmail.com](mailto:valeriamsoliveira@hotmail.com)  
– Autor.

\*\* Orientadora (PRODEMA/UFS). Email: [pardomb1@hotmail.com](mailto:pardomb1@hotmail.com).



comparadas entre si e com os demais documentos coletados. Para a coleta dos dados os procedimentos metodológicos combinaram pesquisa documental em jornais, relatórios técnicos, revistas, atas de reuniões, e pesquisa de campo através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas através da técnica da História Oral, com moradores do bairro, líderes e participantes do movimento social, como também a um representante do órgão ambiental do Estado. Para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2004).

## **A HISTORICIDADE DAS RELAÇÕES HOMEM-NATUREZA**

A análise da historicidade das relações homem – natureza pode fornecer subsídios para uma postura crítica frente às questões ambientais. Como afirma Duarte (2005, p. 32), conhecer a História nos dá condições de assumir posturas amadurecidas, “numa visão para além de ‘isso é certo, isso é errado’ ou ‘esses são os bonzinhos e aqueles são os malvados’”.

A História Ambiental pode e deve desempenhar um papel fundamental na decifração do mundo, pois, ao revisitar o passado, ela é capaz de contribuir para a construção de uma visão mais crítica do presente (Martinez, 2006).

É neste sentido que a contribuição da História para a ciência é fundamental, especialmente a partir do nascimento da História Nova, cujo objetivo foi livrar a história das barreiras disciplinares, de erros, preconceitos e rotinas. A história positivista do século XIX foi substituída por uma ampliação do campo do documento histórico, até então restrito aos documentos escritos, passando a se basear em muitos outros tipos de registros: textos, figuras, restos fósseis, oralidade, fotos, filmes, entre outros.

O historiador ambiental tem como missão estudar o homem juntamente com o ecossistema que o comporta, sem dissociá-lo do meio em que está inserido. Isso se dá numa busca de entender esse mesmo meio e suas transformações, suas mudanças, sejam elas causadas ou sofridas pelos seres humanos.

## **DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO E IMPACTOS AMBIENTAIS**

Para a compreensão das influências produzidas pela Fábrica de Cimento no ambiente do bairro América e seus possíveis impactos, procuramos realizar inicialmente uma análise do conceito de Desenvolvimento Sustentável, levantando as definições de diversos autores e suas respectivas críticas ao mesmo. Em seguida contextualizamos o processo de industrialização no Brasil e em Sergipe tendo como pano de fundo o desenvolvimentismo vigente durante o período da Ditadura Militar; depois, fazemos uma exposição sobre os principais impactos ambientais decorrentes da industrialização, especialmente a poluição atmosférica.

Assim sendo, pensar o Desenvolvimento Sustentável requer uma ampliação do conceito de Sustentabilidade que não se limite à *visão tradicional de estoques e fluxos de recursos naturais e de capitais*. (Barbieri, 2005, p. 45). Porém, muitas são as críticas feitas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável. Do conceito à aplicação diversos autores tecem comentários acerca deste termo tão difundido atualmente.

As sociedades contemporâneas encontram-se diante de uma realidade nunca antes imaginada: a de que existem limites ao crescimento e que ou repensamos o atual modelo de desenvolvimento, ou não teremos como assegurar qualidade de vida para as gerações futuras. Na medida em que aprendermos a lidar com os desafios da contemporaneidade de forma a colocarmos a vida acima do capital, teremos então uma via de entendimento para a solução de



nossos problemas globais. É necessário, portanto, um novo pacto entre sociedade e natureza, cujo desafio é encontrar caminhos que conciliem as expectativas e necessidades humanas com a preservação dos recursos naturais.

## **A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E EM SERGIPE**

A atual crise econômica na América Latina foi precedida pelos chamados “anos gloriosos”, um período de elevadas taxas de urbanização e industrialização. O Brasil não é uma exceção nesse contexto. As cidades sofreram a um só tempo, os problemas dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos: industrialização dispersa, poluição do ar, da água, agravamento dos problemas de saúde das populações relacionados ao saneamento básico. O debate internacional foi trazido para a perspectiva regional, ao serem apontadas as peculiaridades e dificuldades de compatibilização das políticas ambientais e dos programas de desenvolvimento em países de Terceiro Mundo (Ferreira, 2003).

A década de 1950 no Brasil é marcada por uma política de industrialização em nome do desenvolvimento. O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) implementou o maior volume de investimentos até então registrados na economia brasileira, tomando por base o “tripé” capital nacional – capital estrangeiro – Estado. Com isso, a taxa de crescimento industrial alcançou patamares notáveis, permitindo a expansão acelerada dos setores de bens de consumo.

Industrialização era sinônimo de desenvolvimento, sem que houvesse, entretanto, espaço para se pensar em seus impactos sobre o meio ambiente. Foi em meio a este contexto que se realizou em 1972 a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Neste importante evento mundial, num clima de discussões acerca da preservação ambiental a delegação brasileira, tomando uma posição que ganhou repercussão mundial, “defendeu a tese do desenvolvimento econômico a qualquer preço, sem nenhuma restrição, mesmo que fossem restrições de natureza ambiental” (Brunacci e Philippi, 2005, p. 258).

Sergipe já possuía neste período uma política de incentivos fiscais visando o desenvolvimento industrial. No âmbito estadual, a Lei nº 43 de 10 de junho de 1948, regulamentada pelo Decreto nº 61 de 6 de dezembro de 1948 estabelecia prazos de isenção de impostos para novas indústrias a serem instaladas no Estado (Instituto, 1986). No entanto, apesar do desenvolvimento decorrente do processo de industrialização, ocorre em Sergipe o reflexo do que se deu no cenário nacional, ou seja, o crescimento econômico não trouxe equidade de benefícios para a sociedade.

Sendo assim, percebemos que o desenvolvimento industrial no Brasil, notadamente a partir da década de 1950, foi fortemente marcado pelo modelo econômico baseado no desenvolvimentismo. A idéia de progresso tão enraizada no governo militar trouxe conseqüências que perduram até os dias atuais, a exemplo da dívida externa, do aumento das desigualdades sociais e da degradação ambiental decorrente das atividades industriais.

As idéias associadas ao atual modelo de desenvolvimento são a da modernização e progresso, valorizando os interesses econômicos em detrimento dos bens coletivos, gerando fortes impactos socioambientais. A qualidade de vida é associada à capacidade de consumo, trazendo como conseqüência a exploração cada vez maior dos recursos naturais. Para atender às atuais demandas das sociedades contemporâneas temos o avanço da industrialização que, assim como toda atividade humana, gera alterações no meio ambiente, em maior ou menor escala. No caso das indústrias cimenteiras, o potencial poluidor é ainda mais significativo (Reimberg, 2006).



Alguns exemplos de empreendimentos causadores de Impactos Ambientais são citados por Barbosa (1995): a cidade operária de Perus, São Paulo; Cubatão, neste mesmo estado e o Pólo Petroquímico de Camaçari, Bahia. Em Sergipe, os casos mais emblemáticos ficam por conta das duas fábricas de cimento implantadas no Estado: a extinta Companhia de Cimento Portland de Sergipe e a atual CIMESA, em Laranjeiras.

Impacto Ambiental é entendido nesta pesquisa como processo de mudanças sociais e ecológicas causado por uma nova ocupação, construção de uma usina, uma estrada ou uma indústria no ambiente. Mudanças essas que podem ser negativas ou positivas – ou ainda – ambos os casos, sendo consequência da mesma situação. De forma geral, as consequências relacionadas à saúde, decorrentes da poluição atmosférica podem ser desconforto, aumento da taxa de morbidade (doenças), aumento da procura ao sistema de saúde, maior número de absenteísmo no trabalho, irritação nos olhos e nas vias respiratórias, redução da capacidade pulmonar, doenças do aparelho respiratório (asma, bronquite, enfisema, edema pulmonar, pneumoconioses) e, conforme estudos mais recentes, mortalidade intra-uterina (Assunção e Malheiros, 2005, p. 140).

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

Em nível mundial, a explosão do movimento ambientalista se deu na década de 1960. Alguns fatores foram decisivos naquele momento, tais como a consciência acerca dos efeitos do pós-guerra e dos testes atômicos; as denúncias de desastres e contaminações ambientais no livro Primavera Silenciosa (*Silent Spring*), publicado por Rachel Carson em 1962; o avanço no conhecimento científico relacionado à temática ambiental; a publicação de estudos antropológicos sobre os valores e estilo de vida dos povos tradicionais e a influência de outros movimentos sociais (Pelicioni, 2004).

No Brasil, o ambientalismo passa a ter maior expressão a partir da década de 1970, sob a influência da Conferência de Estocolmo (1972) e do início do processo de liberalização política. As ações iniciais estavam voltadas para a denúncia e a conscientização sobre a degradação ambiental. Foram marcantes naquele momento a influência dos movimentos ecológicos estrangeiros (Europa e Estados Unidos), por conta do retorno ao Brasil de ativistas políticos anistiados.

Na transição para a década de 1980, o discurso ambientalista não obteve grande relevo entre os temas mais debatidos. Tal fato ocorreu devido à tentativa de legitimação do desenvolvimentismo por parte do Regime Militar. Em consequência das desigualdades sociais acentuadas pelo crescimento econômico, os movimentos sociais, naquele momento, tinham seus discursos voltados mais para o problema da pobreza do que para a preservação do meio ambiente. A sociedade ainda estava despertando para a problemática ambiental. Apesar disto houve iniciativas para o aprimoramento dos instrumentos legais de gestão ambiental, com a inserção de alguns ambientalistas no campo político e profissionalização das ONGs ambientalistas (Jacobi, 2003).

Movimentos de bairro surgiram no período de expansão da industrialização, numa época de constantes migrações das áreas rurais para as áreas urbanas. Com efeito, suas reivindicações sofreram influência direta das demandas da classe trabalhadora, concentrada nas periferias urbanas. Durante o período ditatorial no Brasil, as associações de moradores desempenharam papel fundamental na organização dos pobres, mobilizando as comunidades em busca de melhorias para seus bairros.



Analisando conceitos que auxiliassem a compreensão dos fatos relacionados à Fábrica de Cimento, buscamos algumas definições de conflitos. A análise deste termo tem como objetivo viabilizar o enquadramento dos embates ocorridos no Bairro América em uma tipologia.

Buscando um termo que se apresente ainda mais adequado aos objetivos deste trabalho, incorporamos a noção de Conflito Socioambiental que vem reforçar as conceituações expostas anteriormente. Este pode ser definido como disputas entre grupos sociais conseqüentes das distintas formas de uso do meio natural. (Little, 2001; Alexandre, 2003).

Todo conflito reúne um conjunto de atores que estão constantemente em movimento. Existem diferentes percepções sobre os objetos em disputas, o que “faz com que estes assumam configurações diferenciadas, por vezes explícitas e por outras, implícitas, por vezes consciente e, por outras, inconsciente” (Nascimento, 2001, p. 97). Esta diferença de percepção se reflete também na forma como os atores envolvidos se autodenominam. Nem sempre estes assumem explicitamente a causa ambiental; são simplesmente pessoas em busca de qualidade de vida, lutando pela resolução de algum tipo de problema que está lhes afetando.

Alguns grupos se apropriam “das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecerem-se em conflitos com seus eventuais oponentes” (Lopes, 2004, p. 30). Assim também outros grupos podem se organizar em função de uma questão, sem que seus objetivos sejam especificamente ambientais. No Brasil, muitos são os casos de sindicatos, associações de moradores e outras entidades que não tinham originalmente um caráter ambientalista. Porém, por reivindicarem a resolução de problemas ambientais que repercutiam no social, passaram pelo que Lopes (2004) chama de “ambientalização”.

Embora os atores afetados não empunhem bandeiras de “Preserve o verde”, “Salve a Natureza”, ao se mobilizarem em busca de qualidade de vida, estão também lutando em defesa do meio ambiente.

## **A HISTÓRIA DA FÁBRICA DE CIMENTO PORTLAND**

O Bairro América, na época da instalação da fábrica (década de 1960), era considerado como estando em uma região afastada da cidade, uma vez que esta terminava nas proximidades do bairro Cirurgia. Porém, aquela não era uma região desabitada, pois desde a década de 1920 havia naquela localidade a Casa de Detenção de Aracaju, lá instalada também pela distância do perímetro urbano. Porém, por conta da vinda constante de parentes de presos para residir nas proximidades do presídio, a região foi gradativamente sendo povoada.

Na década de 1960, o bairro recebeu os missionários capuchinhos e posteriormente foi edificada a Igreja São Judas Tadeu. Esta foi erigida em 1961, como forma de melhor atender aos católicos daquela localidade que tinham que se deslocar para a Igreja N. Sra. de Lourdes para participar das celebrações e demais solenidades cristãs.

A implantação da Fábrica de Cimento, segundo Oliveira (1996), representou inicialmente esperança de geração de emprego para os moradores locais. Era a chegada do tão esperado progresso para uma localidade esquecida e marginalizada. Porém, segundo os depoimentos dos moradores, a mão-de-obra local não era especializada.

A partir de 1971, com a ativação da segunda chaminé e a conseqüente duplicação da produção de cimento, a emissão de poluentes na atmosfera aumentou consideravelmente. Tanto nas falas dos entrevistados quanto nas notícias jornalísticas da época, são recorrentes as referências ao pó emitido no ar e que ao cair sobre os telhados e vegetação formava uma crosta acinzentada ou esbranquiçada.



Como resultados obtidos pelo movimento social ocorrido no Bairro América, podemos afirmar que:

1. As constantes denúncias dos moradores nas missas celebradas pelo frei Florêncio na TV funcionaram como um instrumento bastante eficaz de divulgação junto à sociedade aracajuana, dos sofrimentos dos moradores do Bairro América em consequência da poluição;
2. As denúncias feitas durante os sermões das missas paroquiais serviram para conscientizar a população local – que na sua maioria ainda não dispunha de televisor – dos malefícios da poluição e da necessidade de somar-se à luta em defesa de sua saúde;
3. As atividades desenvolvidas pela AMABA no bairro alertavam os moradores acerca da necessidade de se organizarem e participarem das reuniões para juntos lutarem pelo fim da poluição;
4. O movimento, que em um primeiro momento se deu em caráter local, ganhou a adesão de diversos setores da sociedade. Entre outros apoios recebidos, houve a participação da Federação das Associações de Moradores de Sergipe que, por ocasião da possibilidade de reativação dos fornos da fábrica, em 1987, enviou ofício ao então Presidente da República, José Sarney (ver Anexo I) expressando a preocupação da entidade e suas afiliadas com os possíveis prejuízos à saúde da população, decorrentes da volta da fabricação de cimento na fábrica de Aracaju;
5. As denúncias na imprensa e a pressão exercida junto ao poder público trouxeram grande repercussão do conflito social e deram força à atuação da ADEMA junto à fábrica;
6. Podemos ainda inferir que o trabalho de conscientização dos moradores e de denúncias na imprensa até 1984 (ano da paralisação da produção de cimento na fábrica) foi determinante para que a sociedade se manifestasse fortemente contra a reativação dos fornos daquela unidade industrial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instalação, funcionamento e desativação da Fábrica de Cimento configuraram um episódio da história do Bairro América que ainda se encontra bastante vivo na memória de quem o presenciou. Procuramos ao longo do trabalho, através do referencial teórico apresentado, contextualizar dentro do cenário nacional e local, os fatos a que nos propusemos analisar relacionados às influências da implantação da Fábrica para o Bairro América. Buscamos, através dos autores utilizados, relacionar a realidade retratada nos documentos analisados, com a conjuntura maior do país e da evolução do movimento ambientalista em que estavam inseridos.

Apesar de, segundo as informações coletadas nesta pesquisa, em nenhum momento o movimento social dos moradores ter se autodenominado “ambientalista”, seu caráter pode assim ser definido devido à motivação relacionada aos impactos ambientais provenientes de uma fonte poluidora: a Fábrica de Cimento. Assim sendo, optamos por enquadrar o conflito ocorrido no Bairro América como socioambiental, uma vez que esta terminologia engloba enfoques referentes ao mundo biofísico, ao ser humano e à relação entre eles.

A Fábrica de Cimento foi instalada distante da zona urbanizada da capital, numa localização que propiciava um rápido escoamento da sua produção, através da linha férrea. No entanto, há registros de que aquela região já era habitada desde 1926, com o início do funcionamento da Casa de Detenção. Esta se tornou gradativamente um pólo de atração de pessoas de várias partes do Estado, tanto pela proximidade de parentes que se encontravam em cumprimento de pena na Penitenciária, quanto pela facilidade de se adquirir terrenos na região.



A instalação e o funcionamento da Fábrica de Cimento no Bairro América ocasionou as seguintes conseqüências:

- Apesar de ter se configurado numa esperança de geração de emprego e renda para a população, a mão-de-obra local foi pouco aproveitada por não ter qualificação; quando aproveitada, assumiu, na maioria das vezes, serviços do tipo braçal, ou seja, aqueles que implicavam nos menores salários. Portanto a expectativa de que a Fábrica viesse melhorar o nível econômico de seus moradores não foi realizada;

- Danos à saúde da população, principalmente problemas respiratórios e, com menor freqüência nos relatos dos moradores, problemas oftalmológicos. As entrevistas e as diversas notícias de jornais também citam casos de pessoas que faleceram devido à “cimentite”, tendo sido relatadas também ocorrências de óbitos em crianças;

- A vegetação do entorno da fábrica e das partes do bairro mais atingidas pela poluição também foi afetada. O pó que se depositava sobre as folhas era prejudicial, sendo que boa parte da flora local foi prejudicada;

- Também causava incômodo para a população a poluição sonora decorrente do funcionamento da Fábrica e, esporadicamente, o mau cheiro proveniente de suas atividades.

Apesar da pressão exercida pela sociedade no processo de desativação da produção de cimento naquela unidade industrial, ocorrida em março de 1984, houve em 1987, por parte do Grupo Votorantim, a intenção de reativá-la. Este fato foi repudiado pela população, que mais uma vez se mobilizou contra a possibilidade da volta da poluição e de suas conseqüências danosas.

Mesmo incentivados pelas lideranças locais, a mobilização popular se encontrava restrita, em grande parte, aos seus líderes. Este aspecto, em nosso modo de entender, não deve ser dissociado da conjuntura sócio-política da época, uma vez que o Brasil ainda se encontrava sob o Regime Ditatorial, o que provavelmente fez com que o momento (décadas de 1970 e 1980) não fosse propício a manifestações mais amplas de protesto.

Porém, o principal resultado obtido pelo movimento social dos moradores do Bairro América foi o fim da poluição do ar proveniente da Fábrica, através de sua progressiva desativação. Embora tenha havido motivação de ordem econômica para a construção da nova unidade industrial do Grupo Votorantim em Laranjeiras, é possível concluir a partir dos documentos e dos depoimentos concedidos que, se não tivesse havido o movimento social e o clamor popular, certamente a Fábrica de Cimento continuaria a funcionar naquele local por muito mais tempo.

É neste sentido que a Educação Ambiental pode colaborar com as comunidades, formando cidadãos comprometidos com o exercício da cidadania e da justiça social e com a sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil: o papel do Ministério Público e dos movimentos ambientalistas na Ilha de Santa Catarina.** Blumenau: Edifurb; Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

ASSUNÇÃO, João Vicente de; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Poluição Atmosférica. In: PHILIPPI Jr., PELICIONI, Maria Cecília. (editores). **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2005, p. 135-174.



BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. 7. ed. rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARBOSA, Sônia Regina da C. S. Ambiente, qualidade de vida e cidadania: algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In: HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p. 193-210.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.  
BRUNACCI, Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão Humana do Desenvolvimento Sustentável. In: PHILIPPI Jr., PELICIONI, Maria Cecília. (editores). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 257-283.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FERREIRA, L. C. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Políticas Públicas. In: **A Questão Ambiental – sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo, Bomtempo Editorial, 2003, p. 101-109.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Memória Histórica da Indústria Sergipana**. Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: IEL/ SENAI – DN, Divisão de Pesquisa, Estudos e Avaliações, 1986.

JACOBI, Pedro. Movimento Ambientalista no Brasil: Representação Social e Complexidade da Articulação de Práticas Coletivas. In: RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo. Edusp: Imprensa Oficial, 2003. p. 519-543.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Garamond: Rio de Janeiro, 2001, p. 107-122.

LOPES, José Sérgio L. A ambientalização dos conflitos sociais. In: \_\_\_\_\_. (coord.); ANTONAZ, Diana et al. (orgs.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política: UFRJ, 2004, p. 17-38.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Garamond: Rio de Janeiro, 2001, p. 85-106.

OLIVEIRA, Jorge Marcos; BITTENCOURT Jr., Antônio. **Memória do Bairro América**. Aracaju: FUNCAJU, 1996.





**XII SEMOC** SEMANA DE  
MOBILIZAÇÃO  
CIENTÍFICA  
SEGURANÇA: A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA



PELICIONI, Andréa Focesi. Trajetória do Movimento Ambientalista. In: PHILIPPI Jr., ROMÉRO, Marcelo de A., BRUNA, Gilda C. (editores). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004, p. 431-457.

REIMBERG, Cristine. Minimizando os riscos: poeira, ruído e emissão de gases poluentes são as principais preocupações das cimenteiras. **Revista Proteção**, p. 48-61, jun. 2006.